

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE EM MEDICAMENTOS NÃO INTEGRANTES DA RENAME: PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO FARMACÊUTICA

Monalisa do Nascimento Santos Cardoso¹; Elizabeth Amélia Alves Duarte²

¹Graduanda em Farmácia (FAMAM), monasantos2108@gmail.com; ²Doutora em Genética e Biologia Molecular (UESC), FAMAM, elizabeth.amelia@famam.com.br

A Constituição Federal do Brasil de 1988 atribui ao Estado o dever de atribuir saúde a população. Tal direito, garantido pela Carta Magna estabelece o Sistema Único de Saúde (SUS), indubitavelmente como um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. No entanto, os desdobramentos históricos, sociais e políticos garantidos pela Constituição Federal divergem a velocidade de demandas no âmbito da saúde, seja pela dinâmica demográfica (índice elevado de idosos), ao crescente índice de doenças epidemiológicas (país tropical), aos mais frequentes casos de doenças raras e degenerativas. Neste contexto, a garantia do direito a saúde a estes pacientes culminou em processos judiciais, conhecidos como “Judicialização da Saúde” que envolve interpretações e deliberações dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo do país, bem como da sociedade civil. Tal fenômeno é um gargalo as políticas públicas de medicamentos e órgãos deliberativos no âmbito da saúde, pois envolve principalmente os medicamentos não padronizados, ou seja, que não compõe a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) que são amplamente discutidas no contexto da assistência farmacêutica. Destarte, o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão sistemática sobre a judicialização da saúde no Brasil, particularmente dos medicamentos não padronizados como subsidio a assistência farmacêutica. Assim como prospectar metadados sobre quais são os medicamentos não padronizados no Brasil, principais entraves para inclusão destes medicamentos no Rename e apresentar dentro do processo de judicialização como a assistência farmacêutica pode contribuir nas etapas de padronização de medicamentos e inclusão no Rename. Será aplicada estratégia PICO para seleção de descritores adotados pelo vocabulário hierárquico ‘*MeSH - Medical Subject Heading*’ integrado a plataforma de buscas PubMed e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os resultados obtidos serão analisados por bibliometria a partir do pacote estatístico R, *the bibliometrix package*. Os quais serão fundamentais para a compreensão cronológica, social, política e econômica do processo de judicialização de medicamentos no Brasil, sobretudo, na adoção de medidas multidisciplinares e céleres para inserção de medicamentos não essenciais no Rename. Os quais refletirão na eficiência da assistência farmacêutica, particularmente para medicamentos de altíssimo valor que são requeridos em tratamento de doenças raras, degenerativas e com alto índice epidemiológico como o câncer, as síndromes metabólicas.

Palavras-chave: SUS. Medicamentos não padronizados. Assistência farmacêutica. Políticas de saúde pública. Políticas Nacional de Medicamentos.